

Requerimento de Sessão 44/2026

Protocolo 42886 Envio em 25/02/2026 20:42:21

Requer ao sr. Prefeito Municipal, informações sobre esclarecimentos da normalização da oferta de exames, medicamentos e benefícios eventuais que sofreram contingenciamento no último quadrimestre.

Excelentíssimo Senhor
FABIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal
Estância Turística Paraguaçu Paulista (SP)

O Vereador que a este subscreve, nos termos regimentais vigentes, **REQUER** ao excelentíssimo sr. Prefeito Municipal, Antônio Takashi Sasada, informações sobre esclarecimentos da normalização da oferta de exames, medicamentos e benefícios eventuais que sofreram contingenciamento no último quadrimestre, para as respostas das questões:

- 1-) Houve aumento na fila de espera por exames e consultas especializadas durante o período de contenção? Se sim, qual a estratégia para o mutirão de zeragem dessa fila?
- 2-) A farmácia municipal está com o estoque de medicamentos de uso contínuo 100% normalizado ou ainda há itens em falta devido ao represamento de licitações? Justifique
- 3-) Os benefícios eventuais da Assistência Social (cestas básicas, auxílio-aluguel, etc.) sofreram cortes e, em caso positivo, já foram restabelecidos em sua totalidade? Relacione.
- 4-) Algum convênio com entidades filantrópicas de saúde ou assistência foi atrasado ou reduzido durante a austeridade? Apresente.
- 5-) Como a prefeitura pretende garantir que os serviços essenciais à população mais vulnerável não sejam novamente afetados por futuras crises administrativas? Justifique.

JUSTIFICATIVA

Saúde e Assistência Social representam as frentes mais sensíveis da administração pública, pois lidam diretamente com a preservação da vida e da dignidade humana, de pessoas em situação de vulnerabilidade.

O período de contenção de gastos, embora justificado sob a ótica contábil,



não pode ser aceito como uma justificativa permanente para a precarização do atendimento básico. É fundamental compreender que o represamento de exames, o desabastecimento de medicamentos e a suspensão de benefícios eventuais criam uma "demanda invisível" que sobrecarrega o sistema a longo prazo, agravando quadros clínicos de pacientes e empurrando famílias vulneráveis para situações de risco social extremo.

A normalização desses serviços após o ciclo de austeridade deve ser tratada como prioridade absoluta e imediata. O Legislativo necessita de dados concretos para verificar se as filas de espera por procedimentos especializados aumentaram e qual é a estratégia técnica para absorver essa demanda represada sem comprometer a qualidade do serviço. A transparência sobre o estoque da farmácia municipal e a regularidade dos repasses às entidades filantrópicas é o que garante que o cidadão de Paraguaçu Paulista não seja duplamente penalizado: primeiro pela crise financeira do município e, segundo, pela falta de acesso a direitos fundamentais constitucionalmente garantidos.

Por fim, é preciso estabelecer garantias de que o planejamento para o restante do exercício de 2026 contemple mecanismos de proteção a essas áreas essenciais, evitando que novas flutuações orçamentárias resultem em cortes que atingem os mais necessitados. A gestão pública eficiente deve ser capaz de equilibrar as contas sem sacrificar o bem-estar social, transformando a economia gerada no período de restrição em investimentos diretos na saúde e no acolhimento.

Este requerimento busca assegurar que a "retomada" não seja apenas um termo administrativo, mas uma realidade sentida por cada paraguaçuense que busca atendimento digno e suporte na rede socioassistencial da nossa Estância.

Palácio Legislativo Água Grande, 23 de fevereiro de 2026.

JAMILSON DE SOUZA
Vereador

